



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL
(H Mil Natal/1941)



APÊNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do processo: 64592.002843/2021-43.

2. Descrição da necessidade

2.1. O objeto desta licitação é aquisição de Insumos, Órteses, Próteses e Material Especial (OPME) para atender às necessidades do Centro Cirúrgico do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL (HGuN) nas especialidades: Cirurgia Geral, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Urologia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro cirúrgico	Ana Christina Amaral Lopes Vieira - Maj

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência/Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

4.3. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.4. Fornecer amostra do material, quando solicitado, para ser analisado pela Equipe Técnica que irá homologar o parecer técnico de conformidade;

4.5. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

(Assinaturas manuscritas)

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi baseado na diversidade de empresas capazes de disponibilizar os bens, no mercado brasileiro, através média de preços obtidos no site: painel de preços, outros órgãos públicos, sites oficiais e empresas locais.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Deverá ser realizada licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto no 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto no 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG no 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital;

6.2. A utilização do SRP permite que as contratações obedeçam as necessidades demandadas a medida que haja a necessidade.

6.3. De acordo com o decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em seu Art. 1º, as contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto;

6.3. Em seu Art. 3º, o referido decreto explicita que O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

6.4. Há a necessidade da licitação apresentar LOTE/GRUPO, em virtude da incompatibilidade técnica dos componentes dos materiais produzidos por diferentes fabricantes, ou seja, tem de haver compatibilidade entre os objetos utilizados para o perfeito encaixe dos componentes.

6.5. Os materiais de mesma aplicação clínica e mesma composição, porém, divergentes apenas nos tamanhos deverão ser adquiridos de um único fabricante, pois, a escolha do tamanho depende de cada caso, muitas vezes sendo definidos no momento da cirurgia.

6.6. Visando a proteção do paciente, há também a possibilidade de se ter que atribuir responsabilidade em caso de defeito de fabricação ou situações por problemas causados pela má qualidade do material utilizado na cirurgia.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

preocupação com a correta gestão dos estoques de todas as classes de suprimentos, mantendo seus níveis compatíveis com a continuidade de suas rotinas operacionais. Para tal, esta Unidade Gestora vem recebendo regularmente provisões orçamentárias específicas para eventual aquisição de materiais médico-hospitalares, mobiliário geral, além de Órteses, Próteses e Material Especial que é objeto da presente licitação, demandando fiel observância aos preceitos legais que regem as compras governamentais na Administração Pública. Baseado em informações do CADBEN, o Hospital de Guarnição de Natal possui um público-alvo superior a 10.000(dez mil) usuários, abrangendo os beneficiários do Fundo de Saúde do Exército – FUSEx, Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército – PASS e do Sistema de Atendimento Médico aos militares do Exército e seus dependentes – SAMMED, Sistema de Atendimento aos militares Ex-combatentes (SAMEX-CMB) e, eventualmente, militares e dependentes das outras Forças Armadas e militares das Nações Amigas do Brasil, como também aos conscritos (soldados do Efetivo Variável), que incorporam anualmente nas diversas Organizações Militares da Guarnição.

7.2. A quantidade média de procedimentos, registrados no Sistema de Registro dos Encaminhamentos - SIRE, realizados durante o ano de 2020 foram de 326 procedimentos/mês com valor total de R\$ 2.354.752,12 (dois milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais e doze centavos). As quantidades solicitadas e descritivos foram analisadas e aprovados pela Chefia do Centro Cirúrgico e especialidades: Cirurgia Geral, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Urologia do HGuN. Também foi levado em conta o crescente aumento da demanda no atendimento à família militar, em virtude da ampliação ocorrida em nosso hospital nos últimos anos. Ressaltamos que realização de cirurgias no ano de 2020 foram diretamente afetadas pelas restrições provocadas pela Pandemia do COVID-19.

7.3. Segue anexado documento com estimativa de quantitativo das Órteses, Próteses e Material Especial (OPME) das especialidades: Cirurgia Geral, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Urologia, além de insumos em geral para atender às necessidades do Centro Cirúrgico do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL (HGuN).

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O valor da contratação foi mensurado, obtendo-se o valor médio de cada item a ser licitado, em seguida a média obtida foi multiplicada pelo quantitativo estimado, alcançando-se assim ao valor total individual.

8.2. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 13.885.234,15** (treze milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e quinze centavos).

8.3. Segue anexado documento com estimativa de quantitativo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando as características dos bens a serem adquiridos, ocorrerá o parcelamento. A utilização do SRP tem como parâmetro os Incisos I e IV, do Art. 3, do decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013. O parcelamento do objeto, se justifica, tendo em vista a aquisição de acordo com as necessidades que surjam pela demanda de cada paciente, sendo adquiridos através dos Registros de Preços adjudicados junto às Empresas a serem contratadas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No escopo do Termo de Referência como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado. No entanto, algumas

ações podem vir a surgir entre o Órgão Gerenciador da Ata e demais Órgãos participantes, tais como transferência de quantitativo a ser empenhado.



11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência/Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, devendo os bens terem prazo de validade de no mínimo 70% do prazo total fixado pelo fabricante ou fornecedor;

11.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

11.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.1.7. fornecer amostra do material, quando solicitado, para ser analisado pela Equipe Técnica que irá homologar o parecer técnico de conformidade;

11.2. Órgãos Participantes e Não Participantes: tendo em vista a necessidade urgente no processo administrativo/licitatório, não será aberto a participação a outros órgãos.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Atender o Plano de Gestão do Hospital de Guarnição de Natal estabelecido pelo Comando da 7a Região Militar e Comando Militar do Nordeste. Seguindo os objetivos estratégicos:

12.1.1 OEO 6 - Ampliar a capacidade de atendimento e resolubilidade do HGuN;

12.1.2 OEO 7 - Reduzir despesas com encaminhamento para OCS/PSA.

12.2. Na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, almeja-se atingir economicidade, eficácia e eficiência com a contratação, bem como o melhor aproveitamento dos recursos materiais, ao se estipular normas e critérios de aceitação do objeto.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Nos termos do art. 67 Lei no 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de evitar qualquer impacto ambiental ou danos à saúde dos pacientes e ou profissionais da área hospitalar, executamos os procedimentos do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do Hospital.

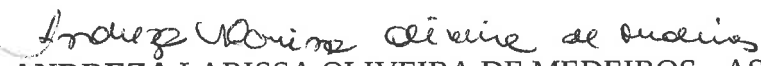
15. Declaração de Viabilidade

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Natal, RN, 28 de abril de 2021


JOSÉ MAURO DA SILVA MELO - 1º TEN
Presidente


MARIA APARECIDA FERREIRA DUARTE ARAÚJO - ASP OF
Membro


ANDREZA LARISSA OLIVEIRA DE MEDEIROS - ASP OF
Membro